



GT - PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TURISMO

OS USOS POSSÍVEIS DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL E DO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL: a que(m) será que se destina?

Prof. Dr. Almir Félix Batista de Oliveira (DETUR/PPGTUR)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações entretidas entre o Patrimônio Cultural, circunscrito ao Centro Histórico de Natal e as possibilidades do seu uso, inventário, salvaguarda e preservação, através da prática do Turismo Cultural e da Economia Criativa. Procura compreender como a utilização do patrimônio – tanto em sua vertente material, quanto em sua vertente imaterial – podem contribuir para o desenvolvimento econômico e para os desenvolvimentos social e cultural, portanto, humano, do cidadão natalense e, especificamente, residente do Centro Histórico de Natal. Teorizar e trabalhar com o Patrimônio Cultural é teorizar e trabalhar com uma temática de fronteira e que abarca uma série de áreas do conhecimento científico, podendo elas serem decodificadas em diversas disciplinas que tratam do assunto. Áreas de conhecimento e disciplinas pertencentes ao Turismo, a História, a Geografia, a Arquitetura, a Antropologia, as Políticas Públicas, para citarmos alguns exemplos de como se pode configurar as possibilidades de forma interdisciplinar ou multidisciplinar. Por isso, como estamos compreendendo o uso pelo Turismo do território demarcado como Centro Histórico da cidade do Natal e do Patrimônio Cultural (material e imaterial) nele inserido, proporemos atividades de ensino (graduação e pós-graduação) e ações extensão que dialoguem com os conhecimentos sistematizados e os profissionais de Políticas Públicas, História, Arquitetura e Antropologia.

Palavras-chave: Centro Histórico do Natal; Patrimônio Cultural. Turismo.

1 INTRODUÇÃO

A cidade do Natal, fundada na data de 25 de dezembro de 1599, nasceu à beira do Rio Potengi, com as suas primeiras edificações construídas entre a parte baixa (área onde as primeiras embarcações atracavam, conhecida como Ribeira), a parte alta da cidade (como a atual praça André de Albuquerque, local da realização da primeira missa, lugar também escolhido para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação – padroeira da cidade e nesses arredores). Essa área inicial da cidade, considerada o seu Centro Histórico, foi tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no ano de 2010. Um dos principais motivos que levaram a esse reconhecimento pelo Instituto foi a combinação entre os valores artísticos (edificações construídas em diversas épocas e estilos arquitetônicos variados) e os



valores paisagísticos (representados pelo próprio rio, os manguezais e os resquícios de Mata Atlântica preservada).

Esse tombamento colocou sob vigilância para garantia de preservação 150 edificações existentes na área delimitada (200 mil m²) estando, grande parte das mesmas, divididas entre os bairros da Ribeira (Cidade Baixa) e Cidade Alta. Encontramos entre essas, diversas edificações, construções que representam desde o estilo Barroco, passando Rococó e Maneirismo (exemplificados principalmente pela **arquitetura religiosa**, mas também pelo Museu Café Filho e pela casa do Padre João Maria), com exemplares também do Ecletismo e de características de *Art Nouveau* e de *Art Déco*, chegando a estilos mais recentes como o Moderno (*exemplificados pela arquitetura civil* nas diversas casas e casarões existentes na área, como também por algumas sedes administrativas e palácios).

Um pouco para além desse centro histórico tombado, delimitado, com seus edifícios seculares, mas sem nunca o esquecer, existe também um centro que fervilha através de um comércio popular, com lojas, restaurantes, mercados populares, entre outros, que negociam desde produtos industrializados e importados até materiais produzidos regionalmente e comercializados na condição de artesanato ou mesmo comidas "típicas", representativas de uma gastronomia dita "cultural". Um centro que fervilha em momentos também já tradicionais e muito marcantes na vida do natalense como o da Festa de Nossa Senhora da Apresentação (padroeira da cidade) ou mesmo do Carnaval (que tem parte de sua festa acontecendo nesta área), além de atividades artísticas em locais já conhecidos como Beco da Lama e ações empreendidas por associações como Associação Viva o Centro de Natal – AVICEN (e as suas ações de intervenção no Centro Histórico de Natal). Um centro que fervilha administrativamente em uma série de edifícios (históricos) usados como repartições e sede de empresas, porém com essa história pouco conhecida.

Como relacionar estes dois centros? Como garantir a preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) e a vivência/sobrevivência das pessoas, grupos, comunidades que vivem/convivem nesse centro histórico? Como dialogar com as pessoas, grupos, comunidades que vivem/convivem nesse centro histórico para



reconhecimento por parte deles sobre este patrimônio cultural e a necessidade de preservação?

Este projeto de pesquisa a ser desenvolvido na qualidade de professor visitante se propõe pensar, pesquisar, dialogar, produzir propostas de intervenção junto a essas pessoas, grupos, comunidades, através de trabalho a ser desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO (SEÇÃO PRIMÁRIA: MAIÚSCULO COM NEGRITO)

A cidade do Natal tem no espaço delimitado e designado como Centro Histórico um importante patrimônio cultural, tanto na perspectiva material (representado pelos diversos exemplares arquitetônicos protegidos e preservados) quanto na perspectiva imaterial (representado nas memórias e nas histórias dos que lá vivem e convivem, nas suas festas, religiosidades, nos seus saberes e fazeres, nos seus processos de resistência), e nesta perspectiva se torna muito importante e primordial promover sua preservação e divulgação. Para além da preservação necessária, se faz relevante também pensar e promover o uso desse patrimônio (aqui pensado como forma de preservação) de forma responsável, planejada e sustentável. Nas últimas décadas do século passado e nas duas primeiras deste século foram ampliados ou introduzidos uma série de conceitos relacionados a essa temática e a forma como ela se relaciona com diversos aspectos do cotidiano.

Um primeiro conceito que gostaríamos de apresentar em uso nessa proposta de trabalho é o de patrimônio cultural que consiste em:

Um bem ou conjunto de bens de caráter material ou imaterial (um objeto, um monumento edificado, uma festa, uma dança, uma tradição, uma comida etc.) protegido oficialmente por algum órgão governamental ou não, que proporcione a identificação de um indivíduo ou grupos de indivíduos, gerando um sentimento de pertencimento destes a uma determinada coletividade¹.

¹ OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)**. 2016. 295 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016 p. 45.



Temos, portanto, uma definição de patrimônio cultural que procura abarcar todas as possíveis variáveis e tipos de patrimônio, que reconheça tanto os elementos preservados oficialmente pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão dos mesmos, mas reconheça também que algo é patrimônio por ser representativo ou lugar de sociabilidade para grupos e comunidades, sem necessariamente se prender a uma oficialidade cristalizadora. Uma definição de patrimônio que procura atender e levar em consideração as vontades/saberes/opiniões/escolhas/significações dos diversos grupos constituintes da sociedade. Portanto, temos uma definição de patrimônio que se faça democrática, que não seja excludente e, em decorrência disso, possa ser instrumentalizada na relação ensino-aprendizagem e se constitua em motor tanto da própria preservação e reconhecimento quanto se constitua em promoção de desenvolvimento.

Baseado nessa definição de patrimônio, observando a sua potencialidade e levando em consideração todas as nuances elencadas a partir dela é que concordamos com Canclini quando ele nos diz que:

Um patrimônio reformulado levando em conta seus usos sociais, não a partir de uma atitude defensiva, de simples resgate, mas com uma visão mais complexa de como a sociedade se apropria de sua história, pode envolver diversos setores. Não tem por que reduzir-se a um assunto de especialistas no passado. Interessa aos funcionários e profissionais ocupados em construir o presente, aos indígenas, camponeses, migrantes e a todos os setores cuja identidade costuma ser afetada pelos usos modernos da cultura. À medida que o estudo e a promoção do patrimônio assumam os conflitos que acompanham, podem contribuir para consolidar a nação, já não como algo abstrato, mas como o que une e torna coesos – em um projeto histórico solidário – os grupos sociais preocupados pela forma como habitam o espaço².

Na sequência ao conceito de patrimônio cultural gostaríamos de apresentar o de Turismo Cultural. Dentre as diversas formas de atividades turísticas desenvolvidas tanto internacionalmente quanto nacionalmente, o Turismo Cultural tem um significado particular e extremamente importante. Seu conceito, segundo documentação oficial do

² CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 203.



Ministério do Turismo, “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”³.

O Patrimônio Cultural pode ser pensado enquanto importante diferencial entre as diversas comunidades, principalmente no tocante à inter-relação que pode ser estabelecida entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial e, conseqüentemente, esses podem vir a garantir bases para um desenvolvimento local via mercado turístico, afinal:

Os elementos do patrimônio cultural de um lugar se constituem em aspectos diferenciais para o desenvolvimento de produtos e para a promoção dos empreendimentos, isso pode ser feito através de restaurantes dedicados à gastronomia tradicional, artesanato local na decoração e ambientação dos equipamentos, nas programações de entretenimento com manifestações culturais autênticas⁴.

Ou ainda:

A criação de produtos tematizados, utilizando técnicas de interpretação e de interação, que ressaltem a história do lugar e de seus personagens, para apresentar o patrimônio tangível e intangível do ambiente visitado, é uma forma de ampliar o conhecimento, possibilitar a fruição e emocionar o visitante⁵.

Nessa perspectiva ganha muita importância o sentido de preservação/conservação do patrimônio, bem como a busca pela incorporação de diversos tipos desse mesmo patrimônio, ampliando a lista do que, tanto em relevância material quanto imaterial, possam vir a ser referência de identidade de uma determinada comunidade, mas também possa se constituir em formas de apresentação e interpretação de um determinado lugar e fonte de conhecimento para aqueles que se propõem em suas viagens e visitas incorporarem às suas próprias experiências, as experiências relacionadas a outros.

³ BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010, p. 15.

⁴ Ibidem, p. 16.

⁵ Ibidem.



Isso significa a real valorização do patrimônio cultural pelo turista, não somente como forma de singularidade ou simplesmente como forma de diferenciação entre os diversos lugares visitados e explorados, na busca por conhecimento ou por novas realidades diferentes da sua vida cotidiana, mas também significa o reconhecimento pelo turista da identidade ou das identidades constituintes das diversas comunidades pertencentes a uma determinada sociedade ou das sociedades de uma forma geral e ampliada.

Por outro lado, para as comunidades locais, a preservação/conservação desse patrimônio pode significar não somente a preservação de uma ou de várias identidades e memórias, como pode tornar-se uma forma de desenvolvimento sustentável e de garantia de futuro, desde que atento para as questões relacionadas ao planejamento e isso possa significar um efetivo direito à cidade, reconhecido pela afirmação do direito de reconhecimento dos diversos patrimônios. Levando-se em conta o papel do planejamento e da possibilidade de busca por um desenvolvimento sustentável, podemos afirmar a relevância que a prática turística pode vir a ter na perspectiva de preservação do patrimônio cultural (material e imaterial).

Neste sentido, as ações de interpretação do patrimônio e de sua roteirização configuram-se como importantes para o desenvolvimento da prática do turismo cultural e da valorização do patrimônio. A interpretação do patrimônio constitui-se em uma forma de comunicação que procura adicionar significados aos locais que o turista visita, facilitando assim a compreensão e criando uma relação emocional com estes, proporcionando inclusive a possibilidade de preservação/conservação destes. Nesta perspectiva a maneira/forma como se conta uma história, como se consegue apresentar uma coleção ou um monumento, utilizando-se de variados recursos técnicos e tecnológicos pode aumentar o impacto e o apreço pelos locais visitados.

Freeman Tilden (apud MURTA; GOODEY, 2002) em 1967, um dos primeiros teóricos a tratar sobre o assunto definiu a interpretação como sendo: “uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiência de primeira-mão, bem como de mídia ilustrativa, ao invés de



simplesmente comunicar informações factuais”⁶. Faz-se interessante observar que, desde seu princípio, a interpretação do patrimônio buscava unir objetos, lugares e experiências com a técnica e a tecnologia como forma de apresentação/anúnciação do patrimônio cultural e, para além disso, se mostrava como uma possibilidade eficiente/eficaz de forma de aprendizado das diversas culturas, podendo levar ao conhecimento crítico sobre essas mesmas sociedades.

Conforme Murta e Goodey, “a interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante; do outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística”⁷. Neste sentido essa atribuição de valor, pode possibilitar tornar o local um produto turístico, mas também o irá transformar em educativo e/ou social. Esse valor é atribuído/resgatado através da pesquisa, do estudo e do desenvolvimento de um projeto que seja adequado ao local. Criar apelos e conhecimento, para além da construção ou da paisagem pode ir além do conhecimento, da emoção e agregar mais diferencial aumentando o fluxo de turistas ou melhorando sua capitalização através de atividades extras, mas também possibilitará um aumento na autoestima e na identidade daqueles que residem/fazem o lugar.

Por um lado, temos o patrimônio cultural fazendo parte da vida cotidiana dos indivíduos, das comunidades, patrimônio que identifica, que dá identidade, patrimônio que diferencia, patrimônio que se faz diverso, patrimônios em disputas, patrimônios que podem garantir o desenvolvimento cultural, econômico, social e ser uma forma de inclusão dos diversos segmentos componentes de uma determinada sociedade. Por outro lado, também temos o turismo ou a prática turística que, se bem planejada e, utilizando-se do patrimônio cultural, pode promover desenvolvimento econômico, a partir de princípios sustentáveis garantindo a inclusão social e possibilitando a preservação/conservação desse mesmo patrimônio. Somada a essa prática planejada e preservacionista que o turismo pode vir a possibilitar, temos a interpretação

⁶ MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Território Brasílis, 2002, p. 14.

⁷ MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Território Brasílis, 2002, p. 13.



patrimonial como forma de melhoria e maior aproveitamento da visita pelo turístico garantido pela ampliação do seu arco de aprendizado.

Entrelaçando esses conceitos para colocá-los em prática temos a possibilidade de construção dos chamados roteiros turísticos que, neste trabalho e conforme o Ministério do Turismo em material publicado no ano de 2007 e denominado Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística, define o mesmo como sendo: “um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro”⁸. Na sequência, na mesma página, define a roteirização como sendo:

(...) o processo que visa propor, aos diversos atores envolvidos com o turismo, orientações para a constituição dos roteiros turísticos. Essas orientações vão auxiliar na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região⁹.

Roteiros e roteirização construídos com a perspectiva de valorizar ou agregar valor ao que está disperso, mas que de forma planejada, organizada, concretizado pode vir a se transformar em alavancador do processo de desenvolvimento consciente e sustentável, que promova o crescimento e a inclusão dos diversos setores componentes da sociedade, bem como a preservação/conservação do patrimônio cultural em todas as suas dimensões.

A possibilidade de utilização do patrimônio como um indutor do desenvolvimento econômico há algum tempo vem sendo tentada no Brasil, procurando garantir melhorias na qualidade de vida das comunidades. Essas tentativas se iniciaram procurando apresentar o patrimônio cultural brasileiro via exploração turística ainda entre as décadas de 1960 e 1970, posteriormente a criação da Empresa Brasileira

⁸ BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007, p. 13.

⁹ BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007, p. 13.



de Turismo – EMBRATUR, da verificação da necessidade de inclusão de amplos setores da sociedade, principalmente do Nordeste, no chamado “milagre econômico” e do potencial que poderia ter todo um número de patrimônios tombados e protegidos tanto em nível federal pelo IPHAN, quanto pelos recém-criados institutos estaduais¹⁰. Iniciava-se assim, uma parceria já verificada em outros países como França, Itália, Inglaterra, Espanha, entre outros.

A utilização econômica do patrimônio via turismo, também encontrou respaldo institucional em ações, legislações, tratados e normas, tanto de organismos internacionais quanto dos organismos nacionais. Internacionalmente podemos exemplificar isso com uma série de eventos realizados pela Organização das Nações Unidas – ONU, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO ou pela Organização Mundial do Turismo – OMT, além da Organização dos Estados Americanos – OEA. Normas e legislações como: Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo (1963); As Normas de Quito (1967), cujo objetivo era o de discutir a conservação e a utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico, promovido pela OEA; a Recomendação de Nairóbi (1976) decorrente da 19ª Sessão da UNESCO, sobre a salvaguarda sobre os conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. No caso brasileiro, podemos citar os Encontros dos Governadores – Compromissos de Brasília e Salvador, no início da década de 1970¹¹.

Com a ampliação do conceito de patrimônio (passando a uma multiplicidade positiva) decorrente de diversas redefinições de conceitos (a exemplo do conceito de Cultura ou do conceito de documento histórico), da ação de movimentos sociais (novos atores sociais) a reclamar por outras memórias e histórias (para além de uma oficialidade), que vieram a se concretizar com a Constituição Federal de 1988¹² e o

¹⁰ OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico**. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

¹¹ OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico**. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

¹² BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.



Decreto 3.551/00¹³, a possibilidade de utilização do mesmo como motor do desenvolvimento econômico, porém agora sustentável, se ampliou. Atualmente, quando tratamos do chamado patrimônio cultural imaterial, além da memória e da preservação de grupos antes excluídos dos processos de conservação e manutenção do patrimônio brasileiro, estamos falando também da possibilidade de exploração da propriedade intelectual desses mesmos grupos, através do que eles produzem para apresentar e demonstrar o seu valor cultural, incluindo-se assim as indústrias criativas ou, mais especificamente, a economia criativa.

A economia capitalista e a cultura sempre conviveram de forma muito próxima. Em um primeiro momento, a economia se sobrepondo a perspectiva cultural e definindo que as mudanças culturais eram consequência das mudanças econômicas, passando por uma apropriação da cultura pela economia por meio da indústria cultural e da cultura de massa, até o presente momento em que os papéis foram redefinidos e se reconhece que, tanto a perspectiva econômica quanto a perspectiva cultural, juntas, podem promover o desenvolvimento e garantir a inclusão social.

Nessa perspectiva, é que os setores da cultura e do entretenimento, reconhecidamente importantes para o desenvolvimento econômico de diversos setores das sociedades, passaram a fazer parte do que se convencionou chamar de "economia criativa" e teve na Inglaterra, a partir do governo trabalhista de Tony Blair, um dos primeiros laboratórios de funcionamento e um dos grandes incentivadores. Essa economia criativa que, portanto, gera indústrias criativas tem sua lógica de funcionamento baseada na criatividade, constituindo-se em um campo de atividade amplo e com potencial para a criação de riqueza e empregos, por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Assim, as indústrias criativas terminaram por promover a junção, a união de diferentes setores econômico-industriais como as tradicionais artes visuais, vídeo, música, pintura e artesanato, como as mais novas tecnologias de mídia digital, para a promoção do desenvolvimento local e sustentável.

¹³ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2021.



O setor cultural passa a ter preocupações que não eram necessariamente da sua alçada, como a direcionada para a formação de empreendedores culturais, que sejam capazes de conciliar a sua visão e sensibilidade para a cultura e para as artes, como o aprendizado de técnicas modernas de gestão dos negócios e a formação, além de cativar seus públicos. Essas preocupações referem-se à necessidade de profissionalização da gestão cultural para o desenvolvimento e manutenção desses empreendimentos.

Nesse sentido, se multiplicam experiências que mesclam o antigo com o novo a exemplos de outros Centros Históricos protegidos/preservados que procuram aliar e interrelacionar as temáticas do patrimônio cultural, do turismo cultural e da economia criativa e, para ficarmos em dois casos já conhecidos, citamos como exemplos o Centro Histórico de Salvador e o Centro Histórico de Olinda. Esses dois centros históricos foram tombados e tiveram sua área delimitadas pelo IPHAN nos anos de 1984 e 1960 respectivamente, com a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO nos anos de 1985 e 1982. O antigo e o novo aqui são representados pelas ações de tombamento e tentativas de preservação do casario/edificações coloniais e as novas formas de preservação como o registro de uma série de manifestações culturais que também ocorrem nesses dois locais, como o Frevo, como as apresentações de Capoeira, as expressões gastronômicas e religiosas (como o Ofício das Baianas do Acarajé, entre outros).

É possível encontrar também nesses locais, as religiosidades de matrizes diferenciadas, manifestações como a musicalidade de blocos afro como Olodum, o acervo do Memorial das Baianas do Acarajé (que a partir de abril do corrente ano passou a contar com um Museu Digital - <https://museudasbaianasdeacaraje.com.br/>), assim como os ritmos característicos do Maracatu Nação (Baque Virado) e sua riqueza estética, os bonecos gigantes presentes no Carnaval e no cotidiano de Olinda, a apresentação de acervos como os vistos no Museu do Mamulengo, ambos ocupando casas centenárias, assim como o artesanato comercializando uma diversidade de produtos pelas ladeiras do Pelourinho ou mesmo nos diversos endereços gastronômicos componentes dos dois Centros Históricos a exemplo do Restaurante Escola do Senac Pelourinho que informa em sua página eletrônica: "Aqui é possível



saborear o melhor da culinária baiana, em um casarão colonial, localizado em um dos pontos turísticos mais visitados de Salvador, o Largo do Pelourinho, no Centro Histórico”¹⁴.

E os usos possíveis do Centro Histórico de Natal e do patrimônio cultural a contido: a que(m) será que se destina? Deve se destinar a todos. Aos residentes, comerciantes, visitantes cotidianos, aos turistas, aos que vivem e convivem. Deve ser encarado como lugar de resistência e persistência, pois aí se encontram residindo há muito tempo, famílias, grupos sociais, com suas histórias e suas memórias, que não devem ser afastados para a realização de processos de gentrificação. Também deve ser encarado como local de produção de manifestações culturais que pulsam cotidianamente e devem ser resguardadas e protegidas, porém não cristalizadas. Deve ser visto como local seguro em que se transita com bastante facilidade, iluminado, limpo, com espaços coletivos e de sociabilidade explorados/consumidos por todos e sob responsabilidade e governança de todos.

Nessa perspectiva são necessários projetos de apropriação e uso do Centro Histórico que levem em consideração a multiplicidade e diversidade cultural encontrada nesse território e que respeite a possibilidade de atividades realizadas como as orquestras de câmara nos largos e interiores das igrejas centenárias, as apresentações de música popular (em todos os seus estilos) e danças populares em suas praças ou no interior das mesmas igrejas centenárias, as atividades de fruição e educação patrimonial que possam ocorrer pelas ruas e avenidas tanto com alunos das redes de ensino públicas e privadas da capital e do Estado, tanto com os turistas que visitam Natal. Que os mercados públicos abriguem e possibilitem a existência dos diversos comércios incluindo aí a venda do material artesanal produzido pela própria comunidade e por outros, que os prédios históricos abriguem locais de visita contínua e sirvam para a prática do aprendizado e do aperfeiçoamento por parte dos cidadãos do Centro como do resto da cidade, sirvam para exposições da cultura produzida nesse território sem a antiga hierarquização do tipo cultura erudita x cultura

¹⁴ BUFFET típico. **Senac Bahia**, 2017. Disponível em:
<<https://www.ba.senac.br/cardapiorestaurantepelourinho>>. Acesso em 01 de setembro de 2021.



popular, que ainda persiste, que deve ser combatida, pois como nos mostrou Raymond Williams a “cultura é de todos” (Culture is ordinary)¹⁵, portanto é uma produção de todos e para todos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos, esse projeto de pesquisa/plano de trabalho inicialmente privilegiará o levantamento, a leitura e a análise de material produzido e que tenha o Centro Histórico de Natal como objeto de estudo. Material produzido em Programas de Pós-Graduação da própria UFRN ou em outros programas através do Banco de Teses e Dissertações da Capes, entre outros. Em segundo lugar, será realizado o levantamento, a leitura e a análise da documentação oficial produzida por instituições como IPHAN, Fundação José Augusto, pela Prefeitura Municipal de Natal referentes à implementação de políticas públicas no âmbito do Patrimônio Cultural, com vistas a promoção da sua preservação, bem como evidencia as possibilidades de seu uso pelo Turismo Cultural. Como esses documentos se apropriam dos conceitos de patrimônio, de turismo cultural, de cultura popular e a forma como os valorizam na perspectiva do desenvolvimento local.

Para extrairmos informações relevantes dessas leituras, usaremos um formato investigativo que se utilizará da técnica da análise de conteúdo conforme Bardin (2011). Essa autora conceitua essa técnica como sendo “uma técnica de cunho descritivo, exploratório, quantitativo, qualitativo, de pesquisa bibliográfica, de análise documental”. Essa técnica de análise constitui-se de um conjunto de instrumentos metodológicos que podem ser aplicados aos mais variados textos.

Para a aplicabilidade das pesquisas realizadas e das ações de intervenção para colaboração na inventariação, caracterização e salvaguarda do patrimônio cultural existente no Centro Histórico de Natal utilizaremos os conceitos de Educação Patrimonial (EP) e da sua aplicabilidade metodológica (para além de uma metodologia de conhecimento/reconhecimento do patrimônio) por meio dos chamados Inventários

¹⁵ WILLIAMS, Raymond. **A Cultura é de Todos** (Culture is Ordinary). Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Departamento de Letras/USP, 1958.



Participativos (IP) em constante processo dialógico com os habitantes/interessados, através de cursos abarcando a temática, produção de planos de ação e materiais didáticos com vistas à EP junto à Educação Básica. De forma dialógica e através de ações propositivas discutidas com habitantes/interessados serão produzidos roteiros turísticos para apresentação aos turistas e à comunidade educacional como prática do Turismo Educacional.

A metodologia da História Oral será utilizada na perspectiva defendida por Verena Alberti como um método de pesquisa em que se realizam entrevistas gravadas com as pessoas que testemunharam sobre determinados acontecimentos, determinadas conjunturas, sobre instituições, sobre modos de vida, bem como outros aspectos da história contemporânea. A utilizaremos no sentido de compreender como as políticas públicas referentes ao Centro Histórico de Natal e as possibilidades de uso do seu patrimônio cultural, bem como sua relação com o turismo por meio da economia criativa, tem se efetivado ou pode se efetivar, na vida dos componentes dos grupos que vivem e convivem no território da cidade. As entrevistas também têm por objetivo compreender os processos de resistência e como os membros componentes desses diversos grupos encaram esses processos de preservação que, muitas vezes, interferem diretamente nas suas vidas e na dos seus familiares das mais diversas formas, exemplificados na possibilidade de moradia, segurança, empregabilidade, sociabilidade, práticas religiosas, entre outras. É importante ressaltar acerca das escolhas e formatos das entrevistas:

Sempre de acordo com os propósitos da pesquisa, definidos com relação ao tema e a questão que se pretende investigar, é possível escolher o tipo de entrevista a ser realizado: entrevistas temáticas ou entrevistas de história de vida. As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou¹⁶.

¹⁶ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 30.



4 RESULTADOS

Como resultados a serem obtidos ou metas a serem alcançadas espera-se que seja possível a(o):

- Realização do Inventário do Patrimônio Cultural do Centro Histórico da cidade do Natal (CHN);
- Identificação de elementos de cultura material e imaterial do Cultural do Centro Histórico da cidade do Natal;
- Desenvolvimento de planos de ação e materiais didáticos com vistas à Educação Patrimonial junto à Educação Básica;
- Desenvolvimento de estudos e planos de ação com vistas a realização de processos de roteirização turística responsável e sustentável, dialogados com as comunidades pertencentes a área do CHN com vistas ao desenvolvimento de boas práticas de Turismo no Centro Histórico da cidade do Natal;
- Desenvolvimento de estudos que relacionem a história urbana, a prática turística, o uso do patrimônio cultural e a economia criativa para a promoção de ações que possibilitem o desenvolvimento social, cultural e econômico do CHN;
- Promover cursos de formação continuada relacionando as temáticas do patrimônio cultural, do turismo cultural e da economia criativa para as comunidades pertencentes a área do CHN.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como contribuição ao Programa de Pós-graduação em Turismo e ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sua execução justifica-se pela possibilidade de ampliação dos estudos neste Programa da relação que compreenda as temáticas do Patrimônio Cultural, do Turismo Cultural, da Economia Criativa e, conseqüentemente, apoie o desenvolvimento regional, bem como o local, ambos em uma perspectiva sustentável.



Nesse sentido e como já citado anteriormente esperamos contribuir com a obtenção de resultados positivos tanto com o PPGTUR (concretizado através da ampliação e consolidação da referida linha de pesquisa, através das discussões promovidas nas disciplinas com a possibilidade de produção de artigos e publicação em periódicos da área, bem como de livros de autoria coletiva, além dos trabalhos de orientação), quanto com o Curso de Turismo (concretizado através das discussões promovidas nas disciplinas e na orientação de trabalhos de conclusão de curso que abordem essas temáticas) e com a comunidade acadêmica e a sociedade de uma forma geral (concretizado através das atividades de ensino que incorporem diversas áreas de conhecimento e possam produzir reflexões conjuntas e, por meio de atividades de extensão que possam promover difusão do conhecimento produzido na UFRN e garantir o desenvolvimento local e regional).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 30.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007, p. 13.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010, p. 15.

¹ BUFFET típico. **Senac Bahia**, 2017. Disponível em: <<https://www.ba.senac.br/cardapiorestaurantepelourinho>>. Acesso em 01 de setembro de 2021.



CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 203.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Território Brasília, 2002, p. 14.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico**. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)**. 2016. 295 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016 p. 45.

WILLIAMS, Raymond. **A Cultura é de Todos** (Culture is Ordinary). Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Departamento de Letras/USP, 1958.